

## “*Não fale em crise, trabalhe*” e a precarização do trabalho: efeitos de sentidos na pandemia da Covid-19

“Don't talk about crisis, work” and precarious labor: meaning effects during the Covid-19 pandemic

Luana dos Santos Santana<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Sergipe – UFS  
luanasantana9630@gmail.com

Samuel Barbosa Silva<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
samuca.bs@gmail.com

Roseane Santana Santos<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
roseanesd@hotmail.com

**RESUMO:** Nas primeiras décadas do século XX, com o acesso mais popularizado à mídia digital no Brasil e com o crescimento das redes sociais, discursos heterogêneos têm se materializado no ciberespaço. Sendo o discurso constituído por/para sujeitos (PÊCHEUX, 2009), nos propomos nesse estudo analisar alguns dizeres que circula(ra)m nas redes sociais, através de charges de 2016 a 2020, com o objetivo de desvelar como os efeitos de sentidos do discurso “*Não fale em crise, trabalhe!*”, forjado no contexto da reforma trabalhista brasileira, afeta(ra)m os entregadores de aplicativo no período de crise econômica, política e sanitária. Esse dizer foi proferido pelo presidente Michel Temer em seu primeiro pronunciamento oficial como presidente em exercício, em 2016. O método utilizado para a análise das charges foi o do materialismo histórico-dialético com base no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso Pêcheutiana. A partir das análises realizadas neste estudo, desvelamos como o discurso jurídico da reforma trabalhista legitimou e acelerou o processo de precarização das condições de trabalho e de sobrevivência dos trabalhadores, com a uberização.

**Palavras-chave:** Charges; Reforma Trabalhista; Empreendedorismo; Pandemia; Discurso.

**ABSTRACT:** In the first decades of the 20th century, with the increase in the access to digital media in Brazil and the growth of social networks, heterogeneous

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) / Campus Prof. Alberto Carvalho – Itabaiana/SE. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Membro temporário do grupo Historiografia Épica (GT5) do Centro Internacional e Multidisciplinar em Estudos Épicos (CIMEEP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2630-9842>. Endereço institucional: Av. Ver. Olímpio Grande, s/n - Porto, Itabaiana - SE, 49500-000.

<sup>2</sup> Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL-UFAL). Membro dos grupos de pesquisa: GEDON (UFAL), GrAD (UFAL) e GEPAD (UPE).

<sup>3</sup> Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL-UFAL). Membro do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia / GEDON-UFAL.

discourses have arisen in the cyberspace. Being the speech constituted by / for subjects (PÊCHEUX, 2009), we propose in this study to analyze some sayings that are spread on social networks, through cartoons from 2016 to 2020, with the objective of unveiling how the meaning effects of the expression “*Don't talk about a crisis, work!*”, forged in the context of the Brazilian labor reform, affects delivery workers in the period of economic, political and health crisis. This saying was made by President Michel Temer in his first official statement as acting president in 2016. The method used for the analysis of the cartoons was that of historical-dialectical materialism based on the theoretical-analytical device of the Pêcheutian Discourse Analysis. From the analyzes carried out in this study, we unveiled how the legal discourse of labor reform legitimized and accelerated the process of precarious working conditions and the survival of workers, with uberization.

**Keywords:** Cartoons; Labor Reform; Entrepreneurship; Pandemic; Discourse.

## Dizeres iniciais...

Os anos de 2016 e 2017 foram marcados por dois acontecimentos históricos que determinaram os rumos da política e economia brasileira: o impeachment da presidenta Dilma e a reforma trabalhista Lei n. 13.467 de 13 de julho de 2017. Com a consolidação do processo de impeachment, ao tomar posse, em seu primeiro pronunciamento como presidente em exercício, Michel Temer profere o seguinte dizer: "*Não fale em crise, trabalhe*", em referência à crise econômica pela qual o Brasil estava passando.

Esse dizer passou a circular massivamente nas redes sociais por meio de diversos suportes e textos. As redes sociais funcionam como dispositivos digitais de veiculação de vários discursos, sendo assim, abrigam propagandas, imagens, vídeos, fotos, charges etc. com a finalidade de conectar as pessoas entre si. Neste trabalho, selecionamos três charges, do ano de 2016, que recuperam o dizer do ex-presidente Michel Temer, no período da legalização da reforma trabalhista, e mais duas charges, dos anos de 2019 e 2020, que refletem as condições de trabalhadores de aplicativos no cenário de pandemia, após a reforma trabalhista.

A partir das análises realizadas, objetivamos desvelar os efeitos de sentido sobre o discurso "*Não fale em crise, trabalhe!*", através das charges, e como a reforma trabalhista brasileira afetou os entregadores de aplicativo no período da crise econômica, política e sanitária ao ofuscar, cercear e precarizar as condições de trabalho e de sobrevivência desses trabalhadores.

Utilizamos a base teórico-analítica da Análise de Discurso (doravante AD), ancorada no materialismo histórico-dialético, uma vez que o *discurso* é o objeto de análise das materialidades discursivas. Portanto, nossas análises estão respaldadas por essa perspectiva filosófica a qual considera o discurso como concreto, isto é, em sua realidade objetiva, considerando o processo histórico-ideológico (MAGALHÃES, 2005).a

## O real da língua e da história na formulação e circulação dos sentidos

A análise de discurso, ao colocar em questão a não transparência da linguagem e do sentido, elege o discurso como o lugar onde se dá a inscrição dos efeitos da língua na história. Isso significa que para analisar um discurso é preciso trabalhar a materialidade da linguagem numa perspectiva em que haja a articulação da linguística com a história, assim como afirma Orlandi (2008, p. 10): "Reconhece-se a impossibilidade de se ter acesso a um sentido

escondido em algum lugar atrás do texto. A questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade, dos mecanismos dos processos de significação”.

Isso quer dizer que a materialidade em si não possibilita o acesso direto ao sentido, e que só é possível ter acesso ao(s) sentido(s) a partir de um dispositivo teórico de interpretação, segundo a autora. Para ela, a noção de funcionamento discursivo torna possível expor os mecanismos dos processos de significação do texto/discurso. Por meio da noção de funcionamento discursivo, que está no centro da questão da produção de sentido, é possível situar a questão da articulação língua e discurso.

Para isso é necessário entender a noção de efeito metafórico decorrente dos estudos de Pechêux (2009), e desenvolvido por Orlandi (2008), que trabalham essa noção como um fenômeno semântico que produz um deslizamento de sentidos resultante de uma substituição contextual. Isso significa que todo enunciado pode se tornar outro, ou seja, deslocar-se discursivamente de sentido. A identificação desse deslocamento só é possível a partir da articulação da língua com a historicidade, e essa historicidade está

representada pelos deslizamentos (nas relações de paráfrase) que se instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas, presença de uma ausência necessária, relação incontornável com a alteridade. Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Este deslizamento, a metáfora, própria da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade (ORLANDI, 2008, p. 24).

É nesse sentido que a autora afirma que a língua só significa quando se inscreve na história, ou seja, trabalhar a língua numa perspectiva discursiva é considerar que a língua só faz sentido quando é afetada pela história. Logo, não podemos deixar de considerar que a língua não é só estrutura, mas também, acontecimento. Nesse aspecto, entra em questão a constituição do sujeito e do sentido, ou seja, o sujeito para se constituir deve se submeter à língua, mas não a língua como sistema formal, e sim a língua na história, pois a ordem da língua e a da história, em sua articulação e funcionamento, constituem a ordem do discurso (ORLANDI, 2008, p. 103).

Logo, para analisar qualquer discurso, é preciso compreender que os sentidos são historicamente determinados e, para isso, é preciso inscrever a língua na história. Dessa forma, situar as condições de produção do dizer proferido pelo presidente e como ele significa no contexto da pandemia é função dessa articulação entre língua e história. É o que propomos discutir no tópico seguinte.

## Condições de produção

As materialidades discursivas 1, 2 e 3 referem-se ao primeiro discurso proferido por Michel Temer como presidente interino do Brasil, em 12/05/2016. O então presidente assume o cargo após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff acusada por crime de responsabilidade fiscal e por ser responsável por instaurar a crise econômica e política no Brasil.

Este enunciado, “*Não fale em crise, trabalhe*”, conforme afirma Temer, tem como fonte o intertexto afixado numa placa em posto de lavagem na rodovia Castelo Branco, na cidade de São Paulo. “Há pouco tempo, eu passava por um posto de gasolina, na Castelo Branco, e o sujeito botou uma placa lá: Não fale em crise, trabalhe. Eu quero ver até se consigo espalhar essa frase em 10, 20 milhões de *outdoors* por todo o Brasil, porque isso cria um clima de harmonia, de interesse, de otimismo, não é verdade?!”, disse.

A crise a qual o presidente interino faz referência precisa ser entendida considerando dois momentos: o primeiro, antes do impeachment da ex-presidente Dilma, e o segundo, após a posse de Temer na presidência do Brasil. Durante o processo de impeachment, o então vice-presidente abandonou o governo da presidenta, alegando que o partido dela teria sido responsável pelo desencadeamento da crise econômica e política estabelecida no Brasil, em razão da prática de corrupção instaurada pelo referido partido. Após o julgamento e a condenação da ex-presidenta, e a consequente posse de Temer na presidência, em seu primeiro pronunciamento como presidente, ele afirma que não se deve mais falar em crise, de modo que todo o significante que motivou e justificou o afastamento definitivo de Dilma, a crise, agora precisa ser esquecido e apagado, ou melhor, deveria ser abordado sob outra perspectiva, pelo trabalho.

Considerando o contexto sócio-histórico e econômico mundial, entendemos que a crise a qual Temer está se referindo é uma crise muito mais complexa e ampla que não afeta somente o Brasil; a crise de que ele está falando é a crise estrutural do capital que acomete países cujo modo de produção adotado é o capitalismo, ponderando as diferentes formas de manifestação dessa crise em cada país. Entender essa crise do ponto de vista da totalidade do funcionamento do sistema do capital é fundamental para compreender como esse dizer proferido por Temer produz sentidos. Segundo Mészáros (2011, p. 100),

para poder funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, o sistema do capital deve ter sua estrutura de comando historicamente singular e adequada para suas importantes funções. Consequentemente, no interesse da

realização dos objetivos fundamentais adotados, a sociedade toda deve se sujeitar – em todas as suas funções produtivas e distributivas – às exigências mais íntimas do modo de controle do capital estruturalmente limitado (mesmo se dentro de limites significativamente ajustáveis).

Esse processo de sujeição só é possível na medida em que a ocorre a divisão da sociedade em classes sociais distintas, irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas. Ou seja, uma classe dominante que detém o controle político total e, dessa forma, representa os interesses do capital; e uma classe dominada que existe para garantir a execução desses interesses do qual depende o sistema do capital para se realizar como modo totalizador.

Daí, a justificativa para a existência da divisão social hierárquica do trabalho como uma necessidade inevitável na sociedade capitalista que “vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva *se estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99).

Essas duas funções são a garantia da existência do capital como sistema sociometabólico e é por meio delas que se realiza a “extração máxima do trabalho excedente dos produtores”. Ainda segundo o autor, essa divisão deve ser apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar da ordem estabelecida, algo proveniente da própria natureza e não como decorrente das relações sociais estabelecidas no sistema capitalista.

Dessa forma, a crise estrutural do capital se instaura à medida que o sistema do capital não consegue mais se expandir e nem acumular porque já não consegue extrair com tamanha eficiência o trabalho excedente e, conseqüentemente, gerar mais-valia.

Como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja na forma basicamente política – no decurso da reprodução expandida da sociedade considerada. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as conseqüências serão devastadoras (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

Essas conseqüências são o que estamos vivenciando na atualidade, porque o Estado moderno já não consegue mais garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente, em razão de que “a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação já não pode mais ser conciliada, muito menos usada como maquinário poderoso do processo vital de expansão e acumulação”

(MÉSZÁROS, 2011, p. 122). Daí, o papel do Estado como central na recuperação e restabelecimento do capital, haja vista sua característica básica de materialidade desse sistema.

Com base nessas reflexões, ousamos afirmar que Temer, ao enunciar esse dizer, fala do lugar social de representante maior do Estado e do lugar discursivo do capital, produzindo efeitos de sentidos de que, para superar a “crise”, é necessário convocar os trabalhadores do Brasil para o trabalho, única forma de superar a crise do capital, já que é preciso voltar a acumular e expandir.

Sendo assim, o que nossa análise permite compreender é que, em um primeiro momento, antes de assumir como presidente interino, cujo lugar social que exercia era de vice-presidente que fazia oposição política a então presidenta Dilma, o sentido da palavra “crise” para ele se restringia a um fato gerado por um partido, e que se resumia apenas ao Brasil, ou seja, a crise política teria gerado a crise econômica. Logo, identificamos um efeito de apagamento de um processo histórico de esgotamento do sistema do capital, que já não consegue mais responder com eficiência à extração do trabalho excedente, em detrimento da estabilização do sentido de que a crise foi gerada por um partido político local e que se trata apenas do Brasil. Por outro lado, em seu primeiro discurso como presidente, identificamos um deslocamento de sentidos da palavra “crise”, que agora passa a ser uma crise não mais local e sim global, e que só pode ser superada com o trabalho e não mais com a destituição de um partido. Esse deslocamento ocorre porque, ao enunciar esse dizer do lugar social de presidente, representante maior do Estado brasileiro e do capital, seu discurso só poderia ser possível do lugar do capital, já que o chefe de Estado se constitui como representante legítimo desse sistema. Essa análise está ratificada no pensamento de Pêcheux, ao afirmar que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas ao contrário, é determinada pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Se é verdade que as palavras recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas, conforme afirma Pêcheux (2009), também é verdade que o sujeito desse discurso (Temer) é interpelado pela formação discursiva do trabalho que é representada pela Formação Ideológica do Capital, que concebe o trabalho como o pilar para a expansão e acumulação do capital. Como o Brasil enfrenta uma crise no setor de empregos, com um número relevante de desempregados, é justificável que o presidente utilize seu discurso no sentido de convocar os

trabalhadores para o trabalho como solução para a superação da crise que se constitui concretamente como uma crise estrutural do capital.

## O discurso do empreendedorismo e a legitimação da precarização do trabalho

O recorte discursivo “*Não fale em crise, trabalhe*” (2016) e a série “empresendedores” (2019) viralizaram nas redes sociais através de charges. Muitos usuários das redes sociais começaram a compartilhá-las como forma de contestação ao posicionamento de Michel Temer, em 2016, e também como instrumento de denúncia das condições de trabalho dos entregadores de aplicativo após a reforma trabalhista, em 2019 e 2020.

Com o acesso cada vez mais amplo às redes sociais, os usuários passaram a emitir veementemente suas opiniões a respeito de variados temas, e a conjuntura econômica-política-sanitária nacional é um tema central destas discussões. As três primeiras charges satirizam o discurso do atual presidente do Brasil, ressignificando o seu dizer, contestando este posicionamento discursivo que retira boa parte dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Tomamos o **discurso** como aquele “[...] socialmente constituído, isto é, parte de um determinado lugar linguístico (FD) e ideológico (FI)” (MAGALHÃES, 2005, p. 29), isto é, consideramos a base linguística o lugar/região da materialização do discurso e da ideologia. Analisando o discurso das charges temos:

Imagem 1 - Charge 1



Fonte: SIDPREV-ES<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Disponível em: <[www.sindprev-es.org.br/em-nota-fonasefe-repudia-desmonte-do-ministerio-do-trabalho/](http://www.sindprev-es.org.br/em-nota-fonasefe-repudia-desmonte-do-ministerio-do-trabalho/)>. Acesso em: 7 set. 2020.

Imagem 2 - Charge 2



Fonte: Google Imagens<sup>5</sup>.

Imagem 3 - Charge 3



Fonte: Página Fora PSDB<sup>6</sup>.

As três charges acima se situam no contexto histórico e político da reforma trabalhista de 2017. A primeira, em que o presidente aparece rasgando a CLT e pisando nos trabalhadores, convoca essa memória discursiva da reforma trabalhista, ao mesmo tempo em que anuncia a precarização do trabalho por meio da imagem dos trabalhadores sendo massacrados. A imagem do slogan da bandeira do Brasil “Ordem e Progresso” produz um efeito de sentido de legalidade da ação do presidente da república no combate à “crise” a qual a charge faz referência.

<sup>5</sup> Acesso em: 7 set. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://forapsdb.tumblr.com/post/144425399528/governo-sem-votos-michel-temer-apoiado-por>>. Acesso em: 7 set. 2020.

A segunda charge evidencia em sua materialidade a ideia do presidente de espalhar *outdoors* pelas cidades com o enunciado "*Não fale em crise, trabalhe*". A feição de surpresa/espanto das pessoas que leem o enunciado revela uma não compreensão dos trabalhadores no que concerne ao que eles têm a ver com isso. O uso do verbo "trabalhar", no modo imperativo, espalhado nos balões que representam o pensamento dos personagens, produz um efeito de sentido de ordem, conselho aos trabalhadores, como a única forma de superar a "crise". Essa imagem também produz um efeito de naturalização de que essa "crise" será resolvida com o sacrifício dos trabalhadores.

Na terceira charge, a imagem recupera uma memória discursiva que alude ao processo de escravidão vivenciado pelos negros durante o período colonial, em contexto de extrema exploração e barbárie do trabalho. A retomada dessa memória anuncia o processo de precarização que os trabalhadores passariam a viver com a reforma trabalhista, produzindo um efeito de sentido de retrocesso dos direitos conquistados pelo trabalho.

Nas três materialidades discursivas identificamos uma crítica construída ao discurso de Michel Temer, em que apontam as consequências prejudiciais que serão sofridas por aqueles que pertencem ao proletariado, diferentemente daquele que pertence a uma classe social mais privilegiada socialmente que, nestas condições materiais, assume o lugar discursivo que atende às demandas capitalistas, ferindo os direitos trabalhistas conquistados arduamente.

Com base nas análises, compreendemos que esse discurso circulado nas redes sociais recupera **memórias discursivas** que estão sendo atualizadas no **intradiscurso, através do interdiscurso**, este último recupera novos dizeres, novos sentidos, que são construídos e constituídos nas relações sociais por/para sujeitos, compondo aquilo que já foi dito em outro lugar, em outra situação, operando na formação discursiva atual, ressignificando o discurso sobre a "crise". Neste trabalho, estamos considerando memória discursiva como

aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Dessa forma, as redes sociais cooperam significativamente para promulgação dos efeitos de sentido que são gerados acerca do discurso "*Não fale em crise, trabalhe*" favorecendo ou não a classe trabalhadora. Essa memória discursiva está atrelada com outro discurso já circulado na história pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo desde a época de sua candidatura à presidência do Brasil, em 1989, na qual já usava camisetas com este mesmo

discurso<sup>7</sup>, referindo-se à crise (de ordem capitalista) que já vinha se alastrando nos países desenvolvidos desde a década de 1980.

A proposta neoliberal no Brasil na década de 1990 foi tida como a melhor saída para o momento de desemprego/crise estrutural do capital que estava sendo vivenciado no Brasil, e foi fundamental para não se falar em crise, pois trabalhar era a ordem imanente. Segundo Yamamoto (2004, p. 34-35):

O renascimento das propostas neoliberais [...] tem resultado no desemprego massivo, no corte dos gastos sociais, acompanhado de uma legislação anti-sindical e em um amplo programa de privatização dos órgãos do Estado. [...] O aprofundamento das desigualdades e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas suas metas, ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabendo aos indivíduos a responsabilidade de “se virarem no mercado”.

As análises realizadas com base nas charges acima denunciam como no discurso do presidente está materializado o projeto neoliberal do Estado capitalista para o trabalhador: retirada de direitos e precarização do trabalho. O que se manifesta no discurso dos chargistas em relação à formulação “*Não fale em crise, trabalhe*” são as contradições da relação capital-trabalho como motor da crise estrutural do capital.

Os chargistas, ao enunciar do lugar discursivo do trabalho, revelam contradiscursos que não seriam possíveis do lugar discursivo do capital. As paráfrases recuperadas nas charges analisadas, a partir de diferentes posições discursivas, produzem deslizamentos de sentidos que possibilitam evidenciar as contradições das formações discursivas do capital e do trabalho sobre a “crise”, a qual o dizer do presidente faz referência.

---

<sup>7</sup> Pode ser lido nesta matéria: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/economia/20151203/relembre-como-foi-impeachment-collor/322958>>.

Imagem 4 - Charge 4

Fonte: Instagram<sup>8</sup>.

Imagem 5 - Charge 5

Fonte: Instagram<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Disponível em: <[www.instagram.com/p/B5L26HvnQiS/](https://www.instagram.com/p/B5L26HvnQiS/)>. Acesso em: 7 set. 2020.

<sup>9</sup> Disponível em: [www.instagram.com/p/CCGfgMan6T4/](https://www.instagram.com/p/CCGfgMan6T4/). Acesso em: 7 set. 2020.

As charges 4 e 5 foram elaboradas pelo cartunista, dramaturgo e sociólogo Toni D'Agostinho. Essas charges fazem parte da série "Os empreendedores" que ironiza, satiriza e denuncia a precarização das relações de trabalho no Brasil. A charge 4 foi publicada em 22 de novembro de 2019 e a charge 5 em 1 de julho de 2020, ambas no perfil do Instagram do cartunista e compartilhada nas diversas redes sociais (*facebook, whatsapp, instagram* etc.).

Após a autorização da reforma trabalhista, com a promulgação da lei n. 13. 467/2017 sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, houve uma célere "uberização"<sup>10</sup> do trabalho no Brasil, isto é, um processo que permitiu a chamada "flexibilização das leis trabalhistas". Com isso, a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora ficou mais sucateada, emergindo, assim, os subempregos, a exemplo das pessoas que trabalham para empresas de aplicativos.

A crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009) e o golpe político de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff contribuíram significativamente para que os direitos dos trabalhadores fossem revistos e estivessem em conformidade com os interesses burgueses. Nesse contexto, o discurso do "empreendedorismo" foi utilizado como jargão para os trabalhadores que buscavam mais "independência" e pretendiam torna-se "patrões" do seu negócio. Dessa forma, a uberização se populariza como possibilidade de agilização da compra/venda de alimentos ou acesso a serviços de táxi na modalidade on-line, de forma segura e na comodidade da residência do cliente. Enquanto que os entregadores de alimentos e/ou motoristas surgem como aqueles trabalhadores que podem "escolher" seu horário de trabalho e fazer várias "entregas/corridas" com a possibilidade de aumentar a renda financeira mensal.

Nesse novo formato de trabalho há uma regularidade discursiva nas práticas dos trabalhadores informais que atende ao funcionamento da ideologia dominante e se estrutura no fio do discurso do empreendedorismo. No entanto, esse discurso silencia a possibilidade de negociação coletiva entre trabalhadores e patrões, amplia a terceirização e a contratação temporária sem direitos a férias e/ou ao 13º salário, desgaste físico e emocional dos trabalhadores, demissão sem receber quaisquer direitos trabalhistas etc., conforme explica Amaral:

---

<sup>10</sup> "Uberização do trabalho" é o mascaramento de relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do trabalho do prestador de serviços, dos trabalhos desprovidos de direitos. Conceito utilizado pelo sociólogo Ricardo Antunes, em entrevista concedida à Revista ihu on-line. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591102-uberizacao-nos-leva-para-a-servidao-diz-pesquisador>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Em nome da crise, as medidas adotadas têm favorecido a criação de uma outra sociabilidade e cultura do trabalho, com referências à responsabilidade individual e à autonomização dos trabalhadores. Autonomização esta, diga-se de passagem, que nada tem a ver com a ideia de autonomia dos trabalhadores no horizonte da sua emancipação. A reatualização dos processos de exploração da força de trabalho e, conseqüentemente, a condição de precariedade que lhes é constitutiva têm configurado as novas formas de dominação capitalista. Nesse sentido, é pela ação do Estado que o capital encontra meios e estratégias de se legitimar e de assegurar a sua valorização (AMARAL, 2015, p. 253).

Com a reforma trabalhista, em 2017, essa “autonomia” dada aos trabalhadores vem causando a crescente precarização do trabalho e afetando ainda mais a vida dos trabalhadores. O crescente desemprego e a necessidade de sobrevivência permitiram que muitos trabalhadores migrassem para os serviços informais, a exemplo dos serviços de entrega por aplicativos.

Conforme Marx e Engels (2001, p. 69) destacam no *Manifesto Comunista*, “A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, portanto as relações sociais todas”. A crise estrutural do capital se utiliza do avanço da tecnologia para promover também as necessidades burguesas, estas por sua vez enfatizam o discurso de “modernização” das relações de trabalho para se adequar à crise. Nesse sentido, entendemos que há um jogo discursivo entre o “*Não fale em crise, trabalhe*” e o “empreendedorismo”, este último como possibilidade de ascensão dos trabalhadores que desejam ser “donos” do seu negócio e estão sem possibilidade de se localizar no mercado de trabalho.

Dessa forma, muitos trabalhadores são interpelados pelo discurso dominante burguês que faz parecer que o Estado capitalista está possibilitando que o trabalhador ocupe o lugar de patrão nessa nova ordem. Do ponto de vista discursivo, é o funcionamento da ideologia dominante que predomina na organização das práticas em sociedade, sendo assim, muitos trabalhadores se identificam com o discurso meritocrático burguês e asseguram que a crise “é você quem cria, basta se esforçar!”.

A classe trabalhadora é a mais afetada com essa “modernização” do trabalho, pois, só tem a sua força de trabalho para oferecer em troca da sobrevivência. As empresas que fazem adesão ao uso de aplicativos para entrega de seus serviços não estão comprometidas em assegurar as leis trabalhistas para os trabalhadores como: seguro-desemprego, danos por acidentes etc.; o lucro está acima da vida dos trabalhadores.

As plataformas de aplicativos, no início da “uberização brasileira”, passaram a oferecer bônus financeiros para aumentar o número de trabalhadores ou ampliar a demanda de

serviços em uma determinada área, no entanto, com a crescente adesão dos trabalhadores para “gerir” seu próprio negócio e a ampliação dos serviços *delivery*, as bonificações aos entregadores diminuíram e/ou foram extintas quando essa modalidade de trabalho se popularizou.

Além disso, há disparidade de renda e exploração do trabalho entre os trabalhadores que fazem uso da motocicleta e da bicicleta, estes últimos trabalham por mais tempo e com o dobro de energia física para pedalar. Os trabalhadores não possuem esse controle total do tempo de trabalho, visto que muitos precisam estar “*online*” nos horários em que as empresas têm maiores demandas de serviços, assim como não podem recusar corridas, ter atrasos nas entregas e/ou sair do ponto de entrega sem nenhum pedido para ser entregue para que possam receber alguma bonificação que venha contribuir na renda mínima<sup>11</sup>.

Em 2019, com a posse do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, a crise nas relações de trabalho se intensificou com valoração das empresas em detrimento da vida dos trabalhadores, dando continuidade a um projeto necropolítico ao legitimar a superexploração da força de trabalho por meio das empresas.

Para os trabalhadores de aplicativos, as inseguranças aumentaram tanto na renda financeira quanto na segurança da própria vida. Neste último caso nos referimos aos motoristas dos principais aplicativos, como Uber e 99 Táxi, ao transportar os passageiros sem ter a informação do destino final das corridas aceitas.

Outro ponto refere-se ao aumento no preço dos combustíveis, que afetou diretamente esses trabalhadores, que tiveram que arcar pela própria renda com o combustível, sem nenhum ressarcimento por parte das empresas de aplicativos. Ademais, essas empresas não disponibilizam locais regulamentados para os motoristas estacionarem e cobram taxas que variam entre 25% e 40% por cada corrida; essas foram algumas das reivindicações que possibilitaram a greve de parte dos motoristas de aplicativos em maio de 2019<sup>12</sup>.

Para o capital não importa sob quais condições o trabalhador está executando a sua força de trabalho, pois o lucro é o seu fundamento. Sendo assim, o discurso “*Não fale em crise, trabalhe!*” continua produzindo significação e conformação no cotidiano dos trabalhadores, à medida que as necessidades da crise do capital vão sendo impostas.

---

<sup>11</sup> Reportagem da BBC Brasil sobre a situação dos entregadores de aplicativo em 2019: <[https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340?ocid=socialflow\\_facebook&fbclid=IwAR1Guma-8KwXpmN1dSn18hw3S8\\_5B-qNb4Z-d-HBIZrSssqtOw0SUKhxUm4](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340?ocid=socialflow_facebook&fbclid=IwAR1Guma-8KwXpmN1dSn18hw3S8_5B-qNb4Z-d-HBIZrSssqtOw0SUKhxUm4)>. Acesso em: 31 ago. 2020.

<sup>12</sup> Matéria jornalística sobre a greve dos motoristas de aplicativo: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/05/08/motoristas-de-aplicativos-uber-e-99-fazem-greve-por-lucros-maiores.ghtml>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Diferentes sítios de significação, paráfrases, são construídos a partir dessa discursividade e estão refletidos no cotidiano.

Com a oficialização da pandemia (Covid-19) no Brasil, em janeiro de 2020, o desemprego foi aumentando e muitos trabalhadores fizeram adesão ao trabalho de entregador de aplicativos como instrumento de sobrevivência. Em maio de 2020, 42 mil brasileiros entregadores de aplicativo declararam ter ensino superior (graduação e/ou pós-graduação), conforme levantamento da plataforma de estudos e vagas no ensino superior “Quero Bolsa”, com base nos microdados da Pnad-Covid. Esses dados são resultado do processo da crise do capital que tem atingido também trabalhadores com maior grau de escolaridade, mas não estão no mercado de trabalho formal. Do ponto de vista discursivo, mais do que os dados, é preciso ater-se aos fatos de linguagem que produzem significação nas relações sociais e reverberam a contradição advinda dos conflitos de classes.

A chegada da pandemia (Covid-19), no Brasil, agravou as condições de trabalho e muitos desses trabalhadores com ensino superior foram demitidos, submeteram-se a férias coletivas ou estão afastados temporariamente do seu trabalho em razão do distanciamento físico. Dessa forma, para manterem-se com alguma renda financeira, o trabalho informal como entregadores de aplicativos tornou-se o meio de sobrevivência para alimentação da família e pagar as dívidas básicas mensais (água, luz, gás etc.).

O discurso oficial do distanciamento físico, promovido pelas autoridades governamentais, fez com que parte das classes média e alta fizesse adesão ao uso de aplicativos, principalmente de refeições prontas. Essas pessoas estão desempenhando o trabalho *home-office* e, no caso da maioria das mulheres de classe média, quando não dispõem de trabalhadora doméstica, acrescenta-se o trabalho doméstico.

Com isso, houve um aumento significativo de *downloads* desses aplicativos que entregam refeições no período pandêmico, conforme aponta a pesquisa promovida pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), da Unicamp, e publicada no artigo “Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19” (ABÍLIO et. al., 2020).

Com o aumento dos pedidos, a renda dos trabalhadores de aplicativos diminuiu, uma vez que mais trabalhadores de reserva passaram a disputar e ocupar a mesma função; além disso, a jornada de trabalho se intensificou tendo em vista que muitos trabalham em mais de um aplicativo, 6 ou 7 dias da semana e, após a pandemia, acima das 9 horas de trabalho por dia.

Nessa direção, a pandemia também deixou os entregadores de aplicativo à mercê, isto é, sem ter quaisquer direitos de garantia à saúde, previamente estabelecidos pela CLT, já que, por se tratar de trabalho informal, não estão amparados pelos direitos trabalhistas como ocorre com os trabalhadores formais. O direito à saúde desses trabalhadores passou a ser negligenciado pelas empresas de aplicativos, conforme pesquisa realizada pela CESIT (2020), de acordo com a qual 57,7% dos trabalhadores entrevistados afirmaram não ter recebido nenhum apoio destas empresas para diminuir os riscos de contaminação no período de trabalho.

De acordo com Abílio et al. (2020), 83,3 % dos trabalhadores entrevistados têm medo de se contaminar com o vírus e 88,9% utilizam o álcool-gel como recurso de prevenção à covid-19. Em meio a essas condições de produção, os entregadores de aplicativo instituíram uma greve em 1 de julho de 2020, com o apoio dos sindicatos de trabalhadores e movimentos políticos de esquerda, a fim de que as empresas de aplicativos oferecessem condições de trabalho, neste período pandêmico, para a sobrevivência desses trabalhadores.

As charges 4 e 5 produzem discursividades que satirizam e denunciam como a reforma trabalhista teve por objetivo agravar a situação dos trabalhadores e do desemprego, com vistas aos interesses burgueses. Pensar a produção de sentidos é saber que eles sempre podem ser outros, dessa forma, o funcionamento dos discursos "*Não fale em crise, trabalhe!*" e o "seja patrão do seu próprio negócio", vinculado ao empreendedorismo, assumem lugares ideológicos diferentes a partir do lugar sociodiscursivo que estes sujeitos ocupam.

A greve dos entregadores de aplicativo, a nosso ver, funciona como uma resposta ao discurso "*Não fale em crise, trabalhe!*", já que "no processo discursivo se explicita o modo de existência da linguagem que é social" (ORLANDI, 2011, p. 26). O funcionamento discursivo ocorre nesse diálogo entre discursos em determinadas condições de produção.

Há um jogo linguístico-discursivo entre a sátira e a denúncia nas charges que aponta que, após a reforma trabalhista, os entregadores de aplicativos têm vivido a precarização do trabalho e uma jornada de trabalho excessiva as quais afetam diretamente a condição de vida dos trabalhadores. O funcionamento da ideologia, enquanto função social, sobre o direito à vida, à saúde, ao trabalho não são os mesmos quando se fala da posição-sujeito de patrão (empresas) e de "colaboradores" (trabalhadores) na sociedade capitalista.

Ao mesmo tempo, as charges cumprem determinada função social e assumem dada posição ideológica favorável à classe dos trabalhadores, uma vez que, como anuncia Pêcheux (2009), as formações ideológicas refletem as posições de classe em conflito umas com as outras. As charges, ao serem formuladas e circuladas, enunciam de um determinado lugar

sociodiscursivo para responder a outros discursos em circulação, constituindo, assim, o processo de significação.

### **Efeito de conclusão...**

A análise das charges, cujo objetivo foi trabalhar o funcionamento do discurso, nos permitiu desvelar como ocorrem os deslizamentos de sentidos das palavras “crise” e “trabalho” em relação à posição e ao lugar social de quem enuncia esses dizeres. No enunciado “*Não fale em crise, trabalhe*”, dito pelo empresário dono de um posto de lavagem, a palavra “crise” e “trabalho” aparecem como o sentido de crise econômica, de esgotamento do capital, das dificuldades de acumulação do capital que só podem ser superadas com trabalho, nesse caso o trabalho assalariado. Nesse sentido, há o apagamento da contradição capital-trabalho na medida em que silencia o fato de que o triunfo do capital e a superação da crise só são possíveis com o aumento da exploração do capitalista sobre o trabalhador, o que significa perda de direitos trabalhistas e aumento de jornada de trabalho.

Já no discurso do presidente Temer, ocorre um deslizamento de sentido das palavras “crise e “trabalho”, tendo em vista que ele fala da posição social de chefe maior do Estado capitalista e do lugar discursivo do capital, sendo assim, seu discurso adquire um caráter autoritário que pode ser bem entendido a partir do não dito “a crise econômica é a crise do trabalho, portanto, é preciso não reclamar e nem pensar sobre isso, apenas trabalhar”. Daí, o tom de convocação para os trabalhadores, pois quem precisa trabalhar certamente é a classe operária – produtora da riqueza material na sociedade capitalista.

Nas charges 1, 2 e 3, observamos que, embora seja o mesmo enunciado, os sentidos adquirem outros efeitos na medida em que são enunciados a partir de posições e lugares distintos do anterior. Nessas imagens, os sujeitos enunciam da posição social do trabalhador e do lugar de resistência contra as contradições do capital e não a favor dele. Isso significa que elas buscam justamente desvelar essas contradições do capital.

Na charge 1, analisando a interação imagem-enunciado, evidenciam-se os sentidos da palavra trabalho que passa a significar perda de direitos sociais e esmagamento da classe trabalhadora; na charge 2, reforçar-se o trabalho como forma de alienação humana, em que não é permitido ao trabalhador pensar no processo de trabalho, mas apenas executar o que é determinado pelo capitalista; na charge 3, convoca-se uma memória histórica das sociedades pré-capitalistas que tinham como base a exploração do trabalho escravo no intuito de fazer

uma comparação do que significa o trabalho para a superação da crise nas condições atuais, ou seja, o aumento da exploração sobre o trabalhador.

Finalmente, nas charges 4 e 5, as análises permitiram desvelar como o discurso do empreendedorismo, já anunciado com a reforma trabalhista, encontra respaldo legal no projeto neoliberal de precarização do trabalho e do trabalhador que se apresenta como alternativa para superação da crise do capital e do desemprego. Embora os dizeres materializados nas duas imagens representem uma crítica e resistência à ordem vigente, a realidade objetiva demonstra que esse projeto só tende a se solidificar.

Isso nos conduz à reflexão de que é possível instituir uma luta proletária capaz de romper com as “amarras” da sociedade capitalista e assim caminhar para um futuro que está além da opressão/exploração do capital. “Toda intencionalidade de atribuir um ponto de chegada a esse processo de reflexão está alicerçada na certeza de que prevalece o movimento de continuidade e ruptura inerente a toda prática social. Estamos do lado daqueles que veem, no fim, o desafio de um começo” (AMARAL, 2005, p. 299).

Enquanto essa ruptura à ordem capitalista vigente e ao projeto neoliberal do capital para o trabalho não acontece, é preciso continuar resistindo à opressão, seja por meio da produção científica, seja mediante manifestações organizadas, seja por meio da produção de textos multissemióticos que circulam nas redes sociais, como forma de garantir a circulação de contradiscursos que denunciem essas formas de exploração do capital.

## Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, Ed. Especial – Dossiê Covid-19, 2020. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/condicoes-de-trabalho-de-entregadores-via-plataforma-digital-durante-a-covid-19/>>. Acesso em: 7 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EdUFAL, 2005.

AMARAL, Angela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Argumentum**, v. 10, n. 3, p. 244-256, set.-dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/19549/15689>>. Acesso em: 7 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.19549>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAGALHÃES, Belmira. **As marcas do corpo contando a história**: um estudo sobre a violência doméstica. Maceió: EdUFAL, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 2009.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 2007. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788526814707>

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

Recebido em: 10 de setembro de 2020

Aceito em: 7 de dezembro de 2020